

O NÃO-LUGAR DO ELEMENTO AFRICANO NA OBRA BOM-CRIOULO DE ADOLFO CAMINHA

SÁ, Janaína da Silva
IF Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos
janaina.sa@jc.iffarroupilha.edu.br

Resumo:

O intuito desse trabalho é verificar as condições de inclusão do elemento negro na sociedade brasileira no período que circunda a Abolição da Escravatura, 1888. Para tanto, verificou-se, através de uma breve análise, o tratamento dado a esse elemento étnico, tanto no discurso ficcional, encontrado na obra *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha, como no discurso historiográfico da obra *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco. O interesse dessa avaliação é proporcionar um mapeamento das relações estabelecidas entre os entes que fundamentaram as bases da sociedade brasileira, e que fizeram parte da composição histórico-cultural de nosso povo.

Palavras-chave: Crioulo, miscigenação, abolição, historiografia.

“Não acordeis o escravo que dormes, ele sonha talvez que é livre”.

Walter Scott

O presente trabalho tenciona verificar como se dá os desdobramentos do período da Abolição da Escravatura no Brasil no se refere à emancipação de negros alforriados e mestiços. Para isso, partiu-se da análise da obra literária *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, escrita no ano de 1895.

Boris Fausto, a p.32, em *História concisa do Brasil 2009* faz uma distinção sobre a denominação “crioulo”. Segundo ele esse indivíduo serviria para designar o negro nascido no Brasil, contrapondo-se ao “boçal” que era um cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes, e o “ladino”, aquele que já estava relativamente adaptado, falando e entendendo o português.

Assim, diante da nomenclatura do romance *Bom-crioulo* pensa-se em encontrar uma referência ao cativo que está sujeito a todos os tipos de trabalho que faziam girar a engrenagem dentro da massa escravocrata. Pelo título da obra, a priori, vislumbra-se um indivíduo cordial e benevolente que atenderá a todas as súplicas de seu senhor. Entretanto, não se pode esquecer que, canonicamente, o romance está classificado como uma obra pertencente ao Naturalismo, período literário que:

(...) há um distanciamento do fulcro subjetivo (...) e a *atitude de aceitação da existência tal qual ela se dá aos sentidos* desdobra-se, na cultura da época, em planos diversos mais complementares: no nível ideológico, isto é, na esfera de explicação do real, a certeza subjacente de Fado Irreversível cristaliza-se no determinismo (da raça, do meio, do

temperamento...) (BOSI,2006, p.167-8).

Nesse caso, a trajetória do protagonista – o crioulo Amaro – o marujo, não se evidencia como a de um homem bom, disciplinado e ordeiro, mas sim de um homem que é movido por seus instintos. Em terra *“armava-se de navalha e ia para o cais, todo transfigurado, os olhos dardejando fogo”* (CAMINHA, 2002, p. 22), ou mesmo a bordo se mantém uma *força nervosa* que nele era uma *qualidade intrínseca*, segundo o narrador.

Mas aqui o ponto investigativo é como esse elemento étnico será retratado dado o contexto histórico que vivia. Na narrativa fala-se que ainda estava longe a vitória do abolicionismo quando Bom-Crioulo, *“veio, ninguém sabe de donde, metido em roupas de algodãozinho, trouxa ao ombro, grande chapéu de palha na cabeça e alpercatas de couro cru”* (CAMINHA, 2002, p. 24).

Cronologicamente sabe-se que o processo de Abolição da Escravatura decorre de outras tentativas que se iniciam com a Lei do Ventre Livre 1871, passando pela Lei dos Sexagenários em 1885, então culminando com a Abolição, no ano de 1888, reforçada pelos votos da nova República que pretendia se firmar.

Segundo Joaquim Nabuco, opositor veemente da escravidão, em *O Abolicionismo*, escrito no ano 1883, havia a boa conduta por parte dos nossos mestiços ante ao processo que estava por se instaurar:

A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo - o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si.(NABUCO, 2003, p.14).

Para Joaquim Nabuco, historiador e diplomata da época, a integração do negro a essa nova sociedade é pacífica de modo que esse elemento étnico não se oporá as vicissitudes encontradas nesse período, se portará como se vislumbrasse um rol de possibilidades que garantissem a sua sobrevivência.

No romance essa afirmativa é negada, pois Amaro será incorporado à Marinha, como se fosse tomado por um golpe de sorte, pois é um negro fugitivo e devido ao seu porte é agraciado com a nova colocação, assumindo esse papel social, o de marinheiro, que irá desenvolver no decorrer da narrativa. *“Depois mandaram-no tirar a roupa, (...) examinaram-lhe as costas, o peito, as virilhas, e deram-lhe uma camisa azul de marinheiro”* (CAMINHA, 2002, p. 25). Antes disso, verifica-se que o protagonista era um fugitivo de uma fazenda. Assim, a personagem encontrará sua redenção quando é escolhido para compor as fileiras da Marinha o que para ele significava *“não retornar mais para o seio da escravidão.”*

No que concerne à historiografia, documentos datados da época referem-se a uma passividade do nosso elemento étnico em questão que não condiz com a obra de Adolfo Caminha. No romance o negro é visto como um subordinado, um ente que encontra dificuldades de adaptação àquele determinado momento histórico.

Em contraposição ao pensamento de Joaquim Nabuco que, diz que o negro tenha encontrado todos os caminhos abertos para compor a sua cidadania e que a sua incorporação à sociedade não será conflituosa, em Bom-Crioulo, na figura de Amaro, é mostrado o tratamento dado a um escravo fugitivo e as reprimendas sofridas por ele:

Nesse tempo o “negro fugido” aterrava as populações de um modo fantástico. Dava-se caça ao escravo como a animais, de espora e garrucha, mato a dentro, saltando precipícios, atravessando rios a nado, galgando montanhas... Logo que o fato era denunciado - aqui-del-rei! - enchiam-se as florestas de tropel, saíam estafetas pelo sertão num clamor estranho, medindo pegadas, açulando cães, rompendo cafezais. (...) Jornais traziam na terceira página a figura de um “moleque” em fuga, trouxa ao ombro, e, por baixo, o anúncio, quase sempre em tipo cheio, minucioso, explícito, com todos os detalhes indicando estatura, idade, lesões, vícios, e outros característicos do fugitivo. Além disso, o “proprietário” gratificava generosamente a quem prendesse o escravo. (CAMINHA, 2002, p. 24)

Nesse viés, em que se busca o entendimento da acomodação do elemento africano à sociedade entre-pós-abolição, verifica-se que há uma desconexão entre o discurso historiográfico e o discurso ficcional. Atentamos aqui para outro contraponto. No romance o protagonista, mesmo como cativo, deixa para trás a vida da fazenda as recordações da “mãe Sabina”, os costumes que aprendera nos cafezais e joga-se ao desconhecido, aos desígnios da disciplina militar, que segundo ele “não se comparava ao penoso trabalho da fazenda, ao regime terrível do tronco e do chicote.” (CAMINHA, 2002, p. 25).

No caso da abordagem historiográfica descrita na obra de Joaquim Nabuco temos que, logo que lhe é dada a alforria o escravo passa a gozar das mesmas prerrogativas de cidadania que qualquer outro indivíduo:

Não há assim, entre nós, castas sociais perpétuas, não há mesmo divisão fixa de classes. O escravo, que, como tal, praticamente não existe para a sociedade, por que o senhor pode não o ter matriculado [...], é, no dia seguinte à sua alforria, um cidadão como outro

qualquer, com todos os direitos políticos, e o mesmo grau de elegibilidade. [...] Isso prova a confusão de classes e indivíduos, e a extensão ilimitada dos cruzamentos sociais entre escravos e livres, que fazem da maioria dos cidadãos brasileiros, se se pode assim dizer, mestiços políticos, nos quais se combatem duas naturezas opostas: a do senhor de nascimento e a do escravo domesticado.

(NABUCO, 2003, p.16).

Nesse entrave, considera-se todo o desprendimento que o elemento em questão deve ter ao lidar com o seu novo lugar, ora afastado de sua nação, incorporando novos valores e costumes, aceitando o que lhe será imposto, ou seja, um novo modo de vida em que a ele não é permitido questionar. Um novo continente abre-se para ele como se abrisse um abismo para o desconhecido, onde não há lugar para apegos, memórias, reminiscências.

Temos que o sentido da palavra lugar compreende o espaço em que algo ou alguém ocupa ou poderia ocupar. Na obra *Bom-Crioulo* destaca-se que Amaro apenas vive à margem do que a sociedade pode lhe oferecer. Ocupa a posição de um não-lugar, já que é amalgamado socialmente por conta de sua força de trabalho o que garantirá o funcionamento da máquina escravocrata no país.

Outros questionamentos acerca do romance *Bom-Crioulo* podem adquirir maior relevância já bastante investigado como a relação homoerótica dada entre Amaro e Aleixo, um marinheiro de menor graduação na armada, o que justifica o romance ser classificado como naturalista. Mas o intuito maior desse trabalho seria pontuar quando se inicia a viabilização de um projeto de cidadania.

Bibliografia:

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. - São Paulo: Cultrix, 2006.

CAMINHA, Adolfo. Bom-Crioulo. Editora Martin Claret Ltda. , 2002: São Paulo.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. - 2 ed., 2 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NABUCO, Joaquim, 1849-1910. *O abolicionismo / Joaquim Nabuco*. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (Edições do Senado Federal) v. 7